

Diretoria da CNTI reúne-se com a Deputada Federal Rejane (PCdoB/RJ)



José Reginaldo, Rejane de Almeida e Sonia Zerino

O presidente da CNTI, **José Reginaldo**, e a Secretária para Assuntos de Trabalho da Mulher, Juventude e Idoso CNTI, **Sonia Zerino**, estiveram reunidos na manhã desta quinta-feira (22/05) com a Deputada Federal **Rejane de Almeida**, mais conhecida como *Enfermeira Rejane* (PCdoB-RJ). Na pauta, assuntos relevantes para participação do movimento sindical no fortalecimento da indústria e maior proteção dos direitos trabalhistas. Entregue também formalmente um ofício solicitando o apoio da parlamentar às demandas da confederação. Entre elas, inovação tecnológica e formação sindical e profissional.

A Deputada Rejane manifestou apoio às reivindicações apresentadas e comprometeu-se a analisar cuidadosamente as solicitações, destacando a importância do diálogo constante com as representações de trabalhadores. Além disso, foi enaltecido as celebrações dos 80 anos da CNTI, que, ocorrerá em 2026, com o convite para sua participação. A parlamentar mostrou-se receptiva, a colaboração e articulação política para fortalecer a iniciativa.

Nova Central reafirma seu compromisso com a igualdade salarial durante Fórum sobre Autonomia Econômica



O Fórum Permanente para Diálogo de Promoção de Estratégias de Fortalecimento de Políticas Públicas de Autonomia Econômica com as Centrais Sindicais realizou sua 3ª reunião nos dias 20 e 21 de maio. O encontro contou com a presença da ministra das Mulheres, Márcia Lopes, e representantes das centrais sindicais: NCST, UGT, CTB, CUT, Força Sindical, CSB, Intersindical e Pública. A condução dos trabalhos ficou sob responsabilidade da secretária Nacional de Autonomia Econômica e Política de Cuidados, Rosane da Silva.



Sonia Zerino, diretora nacional para Assuntos da Mulher, e Cátia Aparecida Laurindo, secretária de Promoção da Igualdade Racial e de Gênero, representaram a Nova Central na reunião, reforçando

**Brasília-DF, 23 de maio de 2025**

o compromisso da entidade com a equidade de gênero e a construção de políticas públicas que garantam autonomia econômica às mulheres.

Em seu 14º dia como ministra, Márcia Lopes destacou três leis prioritárias: a que reserva 8% das contratações públicas para mulheres vítimas de violência; o protocolo "Não é Não", voltado à proteção contra o assédio em locais com venda de álcool, já com curso de capacitação em andamento; e a Lei da Igualdade Salarial, que segundo ela, exige apropriação urgente e resultados rápidos.

Sonia Zerino falou em nome do Fórum de Mulheres Trabalhadoras das Centrais Sindicais. Com sólida atuação em defesa da igualdade de direitos, Sonia destacou a importância de fortalecer políticas que garantam autonomia econômica, igualdade salarial e oportunidades reais para as mulheres no mundo do trabalho.

"A igualdade salarial entre mulheres e homens é uma questão de justiça, dignidade e compromisso com a democracia. Não é admissível que, em pleno século XXI, mulheres continuem recebendo menos por desempenhar as mesmas funções que os homens. Participar deste Fórum é reafirmar a urgência de políticas públicas que garantam autonomia econômica às mulheres, especialmente às trabalhadoras das bases.

É preciso enfrentar as desigualdades estruturais com seriedade, fortalecer os mecanismos de fiscalização e garantir que a valorização do trabalho feminino seja uma realidade concreta em todos os espaços", afirmou Sonia.



Sindicalistas destacaram a urgência na implementação da Política Nacional de Cuidados, diante da sobrecarga das mulheres com tarefas domésticas e de cuidado. Reforçaram também a necessidade de acelerar a aplicação da igualdade salarial e a efetivação dessa política.

Os participantes discutiram os dados do 3º Relatório de Transparência Salarial, o Guia para Negociação Coletiva da Lei de Igualdade Salarial — elaborado pelos ministérios das Mulheres e do Trabalho — e o Movimento pela Igualdade no Trabalho.

Durante a reunião, Sonia Zerino entregou à ministra Márcia Lopes a cartilha produzida pela NCST sobre igualdade salarial. A publicação reafirma o compromisso da entidade com a promoção da justiça no mundo do trabalho e a valorização das trabalhadoras brasileiras.

Sobre o Fórum - O Fórum Permanente para Diálogo de Promoção de Estratégias de Fortalecimento de Políticas Públicas de Autonomia Econômica com as Centrais Sindicais foi instituído pela Portaria 291/2023 e tem como objetivo fortalecer a participação social das mulheres trabalhadoras no controle social, debater os impactos das relações de trabalho sobre as mulheres e propor estratégias de fortalecimento dos direitos delas no mundo do trabalho.

O colegiado é coordenado pelo Ministério das Mulheres por meio da Secretaria Nacional de Autonomia Econômica e Política de Cuidados (Senaec/MMulheres) e conta com representantes da Assessoria de Participação Social e Diversidade da pasta e das centrais sindicais.

Com informações do Ministério das Mulheres

Fonte: NCST

Governo Lula é aprovado por 40% e desaprovado por 54%, diz Ipespe

Números mostram cenário de estabilidade em comparação com o levantamento anterior, realizado em março



Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Uma pesquisa divulgada pelo Ipespe nesta quarta-feira (21) mostra que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é desaprovado por 54% dos brasileiros e aprovado por 40%, informa a CNN Brasil. Outros 6% não souberam ou não responderam. O levantamento mostra estabilidade em comparação ao levantamento anterior, realizado em março, quando a

aprovação foi de 41% e a desaprovação registrou os mesmos 54%.

O Ipespe também perguntou aos entrevistados sobre as expectativas sobre o futuro do governo: 44% responderam que deve piorar, 39% apostam numa melhora e 16% acreditam que a situação deve permanecer a mesma.

Foram ouvidas 2,5 mil pessoas em todo o país entre os dias 14 e 19 de maio. A margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos. O nível de confiança é de 95,45%.

Fonte: Brasil247

Abril tem menos ganhos reais



Pode ser esporádico, mas pode indicar uma tendência. O fato é que tem crescido o número de negociações coletivas com reajustes salariais abaixo da inflação.

O Boletim "De olho nas negociações", do Dieese, em abril, aponta essa tendência. Chega a 20% o número de acordos firmados com índices inferiores ao INPC. Em março, eles foram 8,5%. Em fevereiro, os acordos negativos haviam sido 4,4%; em janeiro, 5,3%.

Ganhos reais também em queda. No período, segundo o Boletim, foi de 67,7% o índice dos acordos acima do INPC. Já os acordos firmados iguais ao INPC foram 12,3%.

Técnico – Segundo Luís Ribeiro, técnico do Dieese, o quadro geral ainda é positivo. "Os dados de março e abril mostram leve tendência de piora. Mas não podemos perder de vista o contexto positivo dos últimos dois anos, que superaram com sobra as negociações coletivas durante o governo Bolsonaro", explica.

Nos primeiros quatro meses deste ano, 82,4% dos 3.151 reajustes analisados pelo Dieese alcançaram resultados acima da inflação. Quanto aos últimos 12 meses, 83,7% dos 19.706 acordos analisados obtiveram ganhos reais.

Abril – A análise cobre 130 negociações. Essa amostra é considerada pequena, o que pode ter

puxado para baixo a média dos resultados positivos – em março foram analisados 574 acordos. Novos números serão agregados ao banco de dados do Dieese ao longo do mês, podendo alterar esse quadro.

Causas – Uma delas é o aumento da inflação em 12 meses, que subiu de 4,56%, em janeiro, pra 5,53%, em abril. "O contexto global está cheio de turbulências por causa das tarifas do governo Trump. Os empregadores podem ter ficado mais cautelosos frente às incertezas internas e externas. Só saberemos se isso é uma tendência nos próximos meses", afirma Luís.

Maio – É um mês de muitas datas-bases, com categorias mais fortes e maior número de negociações coletivas. Segundo o técnico do Dieese, 25% do total de negociações no ano ocorrem neste mês. O resultado de maio terá grande impacto nos números gerais de 2025, acredita Luís Ribeiro.

[Clique aqui para ler a pesquisa completa.](#)

Mais – Site do Dieese.

Fonte: Agência Sindical

Paim cobra projetos de proteção aos aposentados

Jefferson Rudy / Agência Senado



O senador Paulo Paim, em pronunciamento no Plenário nesta quarta-feira (21), defendeu o andamento de projetos que protejam aposentados e pensionistas de fraudes envolvendo empréstimos consignados. O senador afirmou que a Câmara dos Deputados está unificando propostas sobre o tema e sugeriu que o Senado siga na mesma direção. Ele destacou o projeto de lei de sua autoria que exige assinatura presencial na contratação de crédito consignado (PL 74/2023).

— O objetivo principal é proteger essa parcela da população vulnerável da nossa sociedade contra a ação de grupos criminosos que agem com extrema crueldade e desumanidade — afirmou.

Paim informou que o relatório da senadora Damares Alves (Republicanos-DF) já está concluído. Segundo ele, o texto deve ser apresentado até a próxima semana e mantém a essência da proposta original, com foco na proteção de aposentados e pensionistas.

O senador explicou que o projeto também exige que a instituição financeira forneça ao idoso uma cópia do contrato firmado. Segundo Paim, a regra é para coibir

fraudes praticadas por terceiros — muitas vezes familiares — e impedir que empréstimos sejam liberados por meios digitais ou telefônicos sem o consentimento claro do beneficiário.

— Serão abrangidos pela regra contratos, serviços ou produtos da modalidade de consignação, como empréstimos, financiamentos, arrendamentos, hipotecas, aplicações financeiras, retiradas de dinheiro, investimentos duvidosos ou qualquer outro tipo de operação que possua natureza de crédito consignado — explicou.

Fonte: Agência Senado

Governo lança guia para sindicatos para garantir igualdade salarial nas negociações



O governo federal lançou um guia para orientar sindicatos a garantir a igualdade salarial durante as negociações de acordos e convenções coletivas. A iniciativa busca ampliar a implementação prática da Lei nº 14.611/2023 – a Lei da Igualdade Salarial entre Homens e Mulheres – sancionada em julho de 2023 pelo presidente Lula, mas ainda com efetividade limitada.

O próprio documento aponta que, em 2024, segundo dados do IBGE, mulheres ganhavam, em média, 22% a menos que os homens, com a diferença chegando a até 39,1% no caso das mulheres negras.

“As perspectivas mais tradicionais costumam atribuir as diferenças salariais à baixa escolaridade e à falta de experiência profissional. No entanto, as evidências indicam que essa explicação não se sustenta, uma vez que as mulheres ocupadas possuem, em média, um nível de escolaridade mais elevado do que os homens em todas as ocupações”, diz o guia.

O material ressalta ainda que as mulheres enfrentam desafios adicionais na carreira que as colocam em posição desfavorável, como maior vulnerabilidade ao desemprego em períodos de crise, são mais afetadas

pela informalidade e interrupções na carreira devido à maternidade ou trabalho de cuidado de familiares.

“(…) as disparidades salariais são resultado de práticas discriminatórias e da divisão sexual do trabalho, que historicamente relegam às mulheres papéis subvalorizados, tanto no mercado de trabalho, quanto no trabalho doméstico e de cuidados”, argumenta.

Além de dados e o histórico que explicam as raízes da disparidade salarial persistente, o guia elaborado por técnicos do Ministério do Trabalho e do Ministério das Mulheres explica como os sindicatos podem colaborar para reverter este cenário.

“É importante que as entidades sindicais busquem incluir, nas pautas de negociação coletiva e mediação trabalhista, cláusulas que visem a promoção da equidade de gênero nas relações de trabalho. Garantir também a presença das mulheres nas mesas de negociação pode fortalecer os sindicatos aumentando sua legitimidade e representatividade. Promover essa participação é essencial para construir um mercado de trabalho mais inclusivo e igualitário, com isso beneficiando toda a sociedade.”

Baixe o guia [aqui](#).

Fonte: Brasil247

